

Organizadores:
Maria Creusa de Araújo Borges
Paulo Joviniano Álvares dos Prazeres

Controle da Administração Pública e Combate à Corrupção:
Prevenção, Transparência e Persecução Penal

341.55.17
C764
CAP





Editora e Comércio de Livros Jurídicos Ltda.

Rua Antônio Rangel, 45 - Encruzilhada - Recife - PE - Fone: 81 3302.6085

Direção Editorial: Gidaí Barbosa

Diretor Executivo: Flávio Barbosa da Silva

Conselho Editorial: Prof. Francisco de Queiroz Cavalcanti - PE
Prof. Cláudio Soares - PE
Prof. Fernando Araújo - PE
Prof. Sérgio Torres Teixeira - PE
Prof. Paulo Luiz Neto Lôbo - AL
Prof. Rodolfo Pamplona - BA
Prof. Marcelo Toledo Silva - AL
Prof. João Luiz da Silva Jr - PE

Revisão: Dos Autores

Projeto Gráfico: Carlos Lopes

BORGES Maria Creusa de Araújo, PRAZIERES Paulo Joviniano Álvares dos (orgs)

Controle da Administração Pública e Combate à Corrupção: prevenção, transparência e persecução penal - Maria Creusa de Araújo Borges
Paulo Joviniano Álvares dos Prazeres (organizadores) - Editora Nossa Livraria.
Recife, 2016.
282 págs.

ISBN 9788877922956

1. Direito - BRASIL 2. Direito Público 3. Direito Penal 4. Corrupção 5. Administração I. Título II. Autor

Printed in Brazil - Impresso no Brasil

APRESENTAÇÃO

"A corrupção afeta os pobres desproporcionalmente desviando verbas para o desenvolvimento, comprometendo a habilidade governamental de prover serviços essenciais, alimentando a desigualdade e injustiça, e desencorajando investimentos e apoio externos".

Kofi Annan,
ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, em seu discurso
sobre a adoção da Convenção das Nações Unidas contra a
Corrupção.

O tema do controle da administração pública e do combate à corrupção constitui pauta relevante na agenda de debate internacional e nacional sobre a matéria. Nessa agenda, se destacam a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, aprovada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1997); a Convenção Interamericana Contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1996); a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2003). Esta última constitui o acordo mais amplo sobre a matéria em âmbito internacional, enfatizando que a corrupção prejudica a segurança e a estabilidade da sociedade, enfraquecendo a democracia e o Estado de Direito (PREÂMBULO).

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO TRANSNACIONAL: O CASO DA UNIDADE DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Thiago da Fonseca Rodrigues¹

Francisca Luciana de Andrade Borges Rodrigues²

Resumo: O presente trabalho objetiva identificar as principais ações de cooperação internacional realizadas pela Unidade de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal, no que se refere à prevenção e ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro transnacional, durante a sua primeira década de atuação no país. Nesse sentido, considerando como premissa básica o fato de que os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro apresentam caráter transnacional, no atual cenário de globalização, pretende-se, inicialmente, apresentar os principais mecanismos internacionais e pátrios de combate às referidas práticas, criados a partir do final da década de 90 do século passado, assim como tecer considerações gerais sobre o instituto da Cooperação Internacional, tanto na seara penal quanto processual. Optou-se pelo uso do método de abordagem dedutivo, durante a construção do artigo, através da utilização da técnica de revisão bibliográfica. Ao final, portanto, pretende-se demonstrar que a cooperação internacional

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

² Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade do Museu Social Argentino – UMSA. Professora de cursos de graduação e pós-graduação. Consultora jurídica (OAB/PB nº 11805).

pode ser considerada com um instrumento de prevenção e combate aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, no âmbito internacional.

Abstract: This work aims to identify the main international cooperation actions carried out by the Federal Prosecution Service's International Cooperation Unit with regard to preventing and fighting against corruption and transnational money laundering, during its first decade of operation in the country. In this sense, primarily considering the fact that crimes of corruption and money laundering have transnational status in the current scenery of globalization, it is initially intended to show the main international and local tools developed in the end of 1990's of the last century that aims to fight against such practices and as well as address general considerations about the institute of International Cooperation, both in criminal and in the procedural field. We opted for the use of the deductive method of approach during the construction of the article by using the literature review technique. In the end, therefore, we intend to demonstrate that international cooperation can be considered as an apparatus of preventing and fighting against corruption and money laundering at the international level.

Palavras-Chave: Corrupção. Lavagem de dinheiro. Prevenção e combate. Cooperação internacional. Ministério Público Federal.

Keywords: Corruption. Money Laundering. Prevention and Fighting. International Cooperation. Federal Prosecution Service.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade tem presenciado, no início deste século XXI, a ocorrência de grandes avanços tecnológicos e científicos, os quais têm proporcionado o rompimento das fronteiras nacionais, com a conseqüente melhora da comunicação e cooperação entre indivíduos, instituições, governos e também organizações criminosas.

Hodiernamente, como é cediço, o cometimento de crimes tem ocorrido de forma cada vez mais "organizada", tendo em vista a maior disposição de recursos bélicos e tecnológicos, por parte dos criminosos, em comparação com aqueles existentes nos próprios órgãos estatais, os quais têm atuado, em muitas situações, de forma muito aquém do desejado.

Nesse sentido, pode-se destacar dentre as inúmeras práticas criminosas, decorrentes do atual contexto de globalização, o caso específico da corrupção, que, no caso brasileiro, além de apresentar índices alarmantes, tem prejudicado o próprio funcionamento das instituições públicas, diante da má gestão, aplicação e destinação dos recursos públicos.

Registre-se, contudo, que a prática, na maioria dos casos, se encontra associada ao crime de lavagem de dinheiro, tendo em vista a necessidade de se dar aparência legal aos ativos obtidos de forma ilícita no país, os quais, na maioria dos casos, são remetidos ao exterior, demonstrando-se, assim, o caráter transnacional desses ilícitos.

Destarte, o presente trabalho objetiva identificar as principais ações de cooperação internacional realizadas pela Unidade de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal, relativas à prevenção e ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro transnacional, durante a sua primeira década de atuação no país, para, ao final, demonstrar a instrumentalidade da cooperação internacional no combate às referidas práticas.

Antes, porém, serão analisados os principais instrumentos de combate e prevenção elaborados no plano internacional e interno, no que se refere aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, assim como apresentadas noções gerais de cooperação processual-penal, conforme se observa a seguir.

2 MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

O caráter transnacional dos delitos de corrupção³ e a lavagem de dinheiro⁴, decorrente do atual processo de globalização, passou a se tornar uma preocupação internacional, a partir da última década do século XX, diante da crescente evasão de divisas e do conseqüente risco aos sistemas financeiros mundiais.

Nesse sentido, conforme afirmado inicialmente, a transnacionalidade das referidas condutas decorre, principalmente, do próprio caráter associado das duas práticas criminosas, na medida em que a lavagem de dinheiro se desdobra como um ilícito penal conexo e conseqüente à corrupção, o qual visa transformar os recursos, anteriormente obtidos de forma ilegal, em ativos legais.

Contudo, devem-se considerar também fatores de cunho econômico e político, conforme asseveram os integrantes do setor de Cooperação Internacional da Controladoria-Geral da União (CGU), Hamilton Cota Cruz e Camila Colares Bezerra (2015, p. 185-186):

No plano econômico, o processo de desregulação dos mercados, de fomento do comércio internacional e dos investimentos estrangeiros revelou a necessidade de se contar com níveis mais elevados de transparência e previsibilidade das instituições públicas. No que se refere ao cenário político, a época é marcada, especialmente na América Latina, pelo empenho de governos com o

processo de consolidação e fortalecimento da democracia. Como parte desse cenário, tem-se a atuação de instituições autônomas dotadas de amplos poderes de fiscalização, o empoderamento da sociedade civil e dos meios de comunicação, que dispõem de plena liberdade para informar a população sobre a atuação dos seus governos, interna e internacionalmente.

Por essa razão, o conjunto desses fatores levou a uma união de esforços, no âmbito internacional, resultando na edição de diversos instrumentos normativos, assim como na criação de organismos específicos destinados à prevenção e ao combate às referidas práticas, tanto no âmbito internacional como no âmbito interno dos países, conforme se demonstrará a seguir.

2.1 No plano internacional

No âmbito normativo, as principais convenções internacionais contra a corrupção foram elaboradas, principalmente, durante a década de 90 do século passado, sendo o Brasil, atualmente, signatário de todas elas.

Nesse sentido, sob o ponto de vista cronológico, a Convenção Interamericana contra a Corrupção, também denominada de “Convenção da OEA contra a Corrupção”, elaborada em 26 de março de 1996, pode ser considerada como o primeiro instrumento jurídico internacional a tratar sobre a temática da corrupção. A sua incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro ocorreu, em 2002, por intermédio do Decreto nº 4.410.

Quase dois anos depois, na capital francesa, foi concluída a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, que recebeu o patrocínio da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), razão pela qual também é conhecida como “Convenção da OCDE contra a Corrupção”,

³ O conceito de corrupção pode ser encontrado no texto das convenções internacionais relativas à referida prática, as quais serão enunciadas ainda nesse tópico.

⁴ Por sua vez, o conceito de lavagem de dinheiro se encontra previsto no *caput* do art. 1º da Lei nº 9.613/98, o qual apresenta a seguinte dicção legal: Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

devendo-se asseverar que a sua promulgação no Brasil somente ocorreu no ano 2000, através do Decreto nº 3.678.

Por fim, já no século XXI, a Organização das Nações Unidas, por intermédio da sua Assembleia Geral realizada em 31 de outubro de 2003; aprovou a UNCAC (*United Nations Convention Against Corruption*) ou Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, anteriormente assinada na Cidade de Mérida, no México, a qual somente foi promulgada no Brasil em 2006, através do Decreto nº 5.687.

Destarte, é imperioso esclarecer que a relevância dessas convenções perpassa pelos planos político, sociológico e jurídico, conforme assevera o procurador regional da República Wellington Cabral Saraiva (2015, p. 175-176), diante dos seguintes motivos:

- a) estabelecem padrões internacionais de procedimentos e normas destinados à prevenção e à repressão de atos de corrupção;
- b) servem como guia para que os países, tanto os signatários quanto os demais (sobretudo os que desejem a elas aderir), procurem adotar esses padrões;
- c) induzem os países signatários a aperfeiçoar, de forma específica e contínua, seus instrumentos de combate à corrupção, em vários campos (pelo desenvolvimento do arcabouço jurídico e administrativo, por exemplo), por meio dos mecanismos de avaliação nelas previstos, da troca de informações durante reuniões e eventos promovidos sob a égide das convenções e do conhecimento de experiências bem-sucedidas (as chamadas “boas práticas”);
- d) estimulam cooperação recíproca entre os países, seja por meio de mecanismos de assistência técnica, treinamento (*capacity building*), cooperação jurídica internacional (*international legal cooperation on mutual legal assistance*) e parcerias formais, seja por vias informais de troca de informações e experiências, as quais são também relevantes;

e) difundem a percepção da extrema nocividade da corrupção e, com isso, em algum grau, contribuem para despertar ou aumentar a repulsa social a práticas corruptas, por meio da conscientização da sociedade (*awareness raising*); e

f) promovem envolvimento de instâncias não oficiais, como organizações não governamentais (ONGs) e parcelas da sociedade civil, no combate à corrupção.

Ademais, é imperioso asseverar que todas as três convenções apresentam mecanismos de avaliação do cumprimento dos deveres previstos, a partir de um sistema de avaliação de pares (*peer review*), segundo o qual os Estados signatários avaliam-se uns aos outros.

Nesse sentido, embora não sejam aplicadas punições aos países avaliados, em função, principalmente, da ausência de coercitividade em relação ao cumprimento das obrigações assumidas, é importante asseverar que uma avaliação negativa de um Estado pode repercutir na sua imagem internacional, provocando, por exemplo, uma redução dos investimentos externos aplicados no país.

Por sua vez, no que se refere ao crime de lavagem de dinheiro, os principais instrumentos normativos produzidos, no plano internacional, englobam basicamente a (i) Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas (“Convenção de Viena de 1988”), considerada como o primeiro instrumento jurídico internacional a tipificar como crime a operação de lavagem de dinheiro, (ii) a Convenção contra a Supressão do Financiamento ao Terrorismo (1999) e (iii) a Convenção de Palermo contra o Crime Organizado Transnacional (2000), ambas elaboradas com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) (TEÓFILO; BRAGA, 2014).

Contudo, indiscutivelmente, no campo da lavagem de dinheiro, merece destaque especial as 40 (quarenta) recomendações

sobre prevenção e combate ao crime organizado, publicadas, em 1990, pelo *Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro (GAFI)*⁵, as quais foram responsáveis por regulamentar temas de natureza penal, financeira e de cooperação internacional.

As referidas recomendações estabelecem um padrão internacional de medidas e ações, a ser adotado pelos países signatários, contra a lavagem de dinheiro, assim como a promoção de mecanismos de repatriação dos ativos oriundos dos crimes antecedentes, a partir da adoção de ações de cooperação internacional, levando-se em conta, contudo, as peculiaridades locais de cada ordenamento jurídico.

Registre-se, entretanto, que a atuação do GAFI somente é possível de ocorrer no plano fático através da colaboração entre as Unidades Financeiras de Inteligência - UFIs (em inglês *Financial Intelligence Unit*) de vários países do mundo, que são responsáveis por colher e analisar informações financeiras de supostos atos de lavagem de dinheiro.

Assim, percebe-se que, a partir da última década do século XX, o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro passou a ocorrer de forma mais coordenada, no âmbito internacional, influenciando, assim, a atuação brasileira, conforme se observará a seguir.

2.2 No plano interno

Conforme afirmado anteriormente, o Brasil é signatário das três principais convenções internacionais relativas à temática da corrupção, razão pela qual, nos termos do Decreto nº 8.109/2013,

⁵ O GAFI ou FATF (Financial Action Task Force) “[...] foi criado em 1989, no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, em reunião de cúpula do G-7, como um grupo de trabalho especial, responsável por elaborar propostas preventivas para o problema da lavagem de dinheiro e a utilização do sistema bancário e das instituições financeiras para essa prática.” (ANSELMO, 2013, p. 87-88). O Brasil é membro efetivo do grupo desde o ano 2000.

o legislador pátrio conferiu à Controladoria-Geral da União (CGU), através da sua Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, a responsabilidade pelo acompanhamento do cumprimento das obrigações internacionais assumidos pelo Brasil, no que se refere à prevenção e ao combate à referida prática.

Ademais, é imperioso esclarecer que, no âmbito normativo, em 2013, o país passou a contar com a Lei nº 12.846, também conhecida como Lei Anticorrupção Empresarial Brasileira (LAEB), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

Conforme esclarecem Marco Vinício Petrelluzzi e Rubens Naman (2014, p. 51), a referida legislação veio reforçar o arcabouço legal anticorrupção existente no país, na medida em que trouxe em bojo

[...] disposições inovadoras, como a adoção da responsabilidade objetiva da pessoa jurídica em relação a atos lesivos ao erário e a possibilidade da celebração de acordos de leniência, além de contemplar, como já faziam outros textos legais, a imposição de severas punições de caráter pecuniário que, sobretudo em relação a infrações contra a ordem econômica, parecem ser mesmo as sanções capazes de prevenir a prática de condutas desviadas.

Registre-se, contudo, que, antes da sua vigência, o ordenamento jurídico brasileiro já dispunha da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Lei nº 8.443/92) e da recente Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/10).

Por sua vez, no que se refere à lavagem de dinheiro, é importante asseverar que, em 1998, foi editada a Lei nº 9.613, responsável por criminalizar a referida prática, a qual previu, em

seu texto legal, a faculdade de o magistrado, no caso concreto, adotar, com base

"[...] em tratado ou convenção internacional, ou, em sua falta, em promessa de reciprocidade por parte do país solicitante, medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores oriundos de crimes, praticados no exterior, descritos no art. 1º" (ANDREATO, 2015, p. 149).

A partir de 2012, a legislação passou a prever a hipótese de perda, em favor da União e dos Estados, de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes previstos na Lei, ressalvado o direito do lesado ou do terceiro de boa-fé (art. 7º, caput e inciso I), assegurando ainda, quanto aos processos de competência da Justiça Federal, a utilização desses recursos pelos órgãos federais encarregados da prevenção, combate, ação penal e julgamento dos crimes previstos na Lei, assim como a preferência dos órgãos locais com idêntica função, em relação aos processos de competência da Justiça Estadual (art. 7º, §1º).

Além disso, é importante asseverar que o art. 8º da Lei de Lavagem de Dinheiro possibilita a repartição pela metade dos bens, direitos ou valores privados sujeitos a medidas assecuratórias por solicitação de autoridade estrangeira entre o Estado requerente e o Brasil, nos casos em que não haja tratado ou convenção, ressalvando-se, contudo, o direito do lesado ou do terceiro de boa-fé (art. 8º, §2º).

Por fim, deve-se esclarecer que a legislação instituiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)⁶, dando

⁶ De acordo com o ensinamento de Samuel Ebel Braga Ramos (2015), o COAF *"[...] é a unidade de inteligência financeira brasileira e um órgão integrante do Ministério da Fazenda. Possui um papel central no sistema brasileiro de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, tendo a incumbência legal de coordenar mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate*

ensejo, assim, ao posterior surgimento de outros mecanismos de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro transnacionais, como a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA - 2003)⁷, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça (2004)⁸ e a Unidade de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal (2005).

Destarte, conforme esclarece Daniel Cavalcanti Silva (2006, p. 44), em colaboração com a polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário, *"[...] esses órgãos nacionais para a repatriação de ativos e contra a lavagem de dinheiro desempenham importante papel na atividade estatal de recuperação de ativos relacionados à prática de atividades criminosas"*.

Dessa forma, tendo em vista que o presente trabalho objetiva abordar apenas a atuação da Unidade de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal, no combate e prevenção à corrupção e à lavagem de dinheiro, não serão feitas maiores considerações a respeito dos mecanismos indicados acima.

Antes, porém, serão realizados breves comentários sobre o instituto da cooperação internacional existente na seara pro-

à lavagem de dinheiro, disciplinar e aplicar penas administrativas e receber, examinar e identificar ocorrências suspeitas. O COAF também coordena a participação do Brasil em várias organizações internacionais, tais como GAFI, GAFISUD e Grupo de Egmout".

⁷ A ENCCLA foi criada em 2003 e *"[...] é formada por mais de sessenta órgãos, dos três poderes da República, Ministérios Públicos e sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro (AIJ, on-line). Anualmente, os participantes da ENCCLA reúnem-se em plenária para, a partir de consenso, traçar as ações que serão executadas no ano seguinte. Os órgãos são divididos em grupos de trabalho que coordenam, ao longo do ano, a execução de cada uma das ações elegidas"*. (MAGALHÃES, 2015).

⁸ O DRCI foi criado por meio do Decreto n.º 4.991, de 18 de fevereiro de 2004, cabendo-lhe *"[...] não somente coordenar a execução ativa e passiva da cooperação jurídica internacional, funcionando como autoridade central para tramitação de pedidos, mas também coordenar a atuação do Estado brasileiro em foros internacionais sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao crime organizado transnacional, a recuperação de ativos e a cooperação jurídica internacional."* (SAADI, 2015, p. 142).

cessual-penal, de forma a permitir uma melhor compreensão da atuação da referida unidade do *Parquet* Federal, nos casos a serem explicitados.

3. NOÇÕES GERAIS SOBRE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PENAL E EM MEDIDAS PROCESSUAIS

No início do presente século, o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, além de assumir um caráter transnacional, diante do surgimento das convenções internacionais e organismos intergovernamentais acima mencionados, passou a ocorrer de forma coordenada entre os vários países do mundo.

Essa coordenação global ocorreu especialmente diante da adoção, no plano internacional, do denominado *soft law*, ramo jurídico que objetiva dar um maior dinamismo às relações internacionais, na atualidade, a partir da utilização de instrumentos jurídicos menos rígidos e mais flexíveis à dinâmica internacional, os quais passaram a ser utilizados no âmbito da cooperação penal e processual internacional, conforme esclarecem Fabiano Emídio Martins e Rômulo Palitot Braga (2013, p.95-96):

A criminalidade transnacional da atualidade impõe aos órgãos de repressão penal a adoção de mecanismos que lhes permitam maior agilidade e eficiência nos procedimentos de cooperação internacional persecutória para obtenção de informações e dados úteis à elucidação e repressão de delitos transfronteiriços.

Não é por outra razão que os Estados têm procurado instrumentos cada vez mais céleres e flexíveis de cooperação internacional na área penal, abandonando meios ortodoxos de discutível eficácia. Além disso, consolida-se a tendência, por parte de organizações internacionais, de regulamentação de importantes

matérias na seara penal internacional através de instrumentos jurídicos de *soft law*.

Nesse sentido, entende-se por *cooperação internacional penal* como o conjunto de ferramentas utilizadas pelos Estados, a fim de permitir a efetiva concretização da justiça penal, não se confundindo esta com a *cooperação administrativa internacional*, que, além de não estar vinculada a demandas criminais em vigência, é utilizada apenas enquanto instrumento de troca de informações, manutenção de banco de dados internacionais e formulação de estratégias de atuação, por parte dos Estados (WEBER, 2015, p. 25).

Segundo o entendimento majoritário da doutrina penalista, as principais modalidades de cooperação penal internacional são (i) a extradição, (ii) a entrega ao Tribunal Penal Internacional, (iii) a transferência de apenados e processos penais, (iv) a homologação de sentença penal estrangeira, (v) a carta rogatória, (vi) o auxílio direto e (vii) o mandado de detenção europeu. Com exceção do último caso, todas essas modalidades são adotadas no Brasil.

Dentre essas hipóteses, merece destaque o auxílio direto, modalidade de cooperação responsável por permitir uma atuação mais ativa, por parte do país requerido, em relação ao pedido de cooperação, conforme esclarece o juiz federal e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Sérgio Moro (2010, p.197):

Em vez de simplesmente encaminhar o pedido de cooperação ao órgão jurisdicional competente, o país requerido assume o papel de promotor do pedido de cooperação, apresentando-o ao órgão jurisdicional competente e assumindo a responsabilidade por ele, o que implica o prévio exame de sua conformidade com a ordem jurídica nacional.

Pedidos de cooperação direta são usualmente fundados em tratados bilaterais, regionais ou multilaterais. Também podem

ser feitos, se não houver impedimento no ordenamento jurídico interno, com base no princípio da reciprocidade. Não abrangem extradição, mas apenas as demais medidas de cooperação.

Nessas situações, é imperioso esclarecer que, caso a cooperação se baseie em Tratados e Convenções de Auxílio Jurídico Mútuo, a intermediação desses pedidos de cooperação ocorre, no âmbito interno dos países, por intermédio da figura da *Autoridade Central*, que, na maioria dos casos, é um órgão técnico-administrativo designado para gerenciar o envio e o recebimento de pedidos de auxílio jurídico, adequando-os e os remetendo às respectivas autoridades nacionais e estrangeiras competentes.

No caso brasileiro, de acordo com a Portaria nº 556/2014/PGR (art.33)⁹, compete à Secretaria de Cooperação Internacional do MPF, atuando em apoio ao Procurador-Geral da República (PGR), atuar como *Autoridade Central* para pedidos de auxílio direto provenientes de Portugal e do Canadá, em decorrência da assinatura do Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre Brasil e Portugal, incorporado ao ordenamento pátrio através do Decreto nº 1.320, de 30 de novembro de 1994, e do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal entre Brasil e Canadá, incorporado no país através do Decreto nº 6.747, de 22 de janeiro de 2009.

Nos demais casos, compete ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça exercer a função de *Autoridade Central*, em relação aos pedidos de auxílio direto, oriundos de outros países.

⁹ Art. 33. À Secretaria de Cooperação Internacional compete: [...]

XIII – atuar, em apoio ao Procurador-Geral da República, como autoridade central, para enviar e receber pedidos de cooperação que tenham como fundamento o Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal, firmado entre Brasil e Portugal, o Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre Brasil e Canadá e a Convenção sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro – Convenção de Nova York

Por sua vez, compreende-se como *cooperação internacional em medidas processuais* o conjunto de atos processuais requeridos pelos Estados, com a intenção de facilitar o regular trâmite dos pleitos criminais, nos países requeridos. Conforme assevera a Procuradora da República Patrícia Maria Núñez Weber (2015, p.30), essa modalidade de cooperação apresenta *caráter subsidiário* em relação à cooperação internacional penal, conforme se observa pelas suas próprias modalidades, elencadas abaixo:

[...] notificações; recepção e produção de provas, tais como testemunhos ou declarações; realização de perícias e exames de pessoas, bens e lugares; localização ou identificação de pessoas; notificação de testemunhas ou peritos para comparecimento a fim de prestar testemunho no Estado requerente; traslado de pessoas sujeitas a processo penal para comparecimento como testemunhas no Estado requerente; medidas acautelatórias sobre bens; cumprimento de outras solicitações a respeito de bens, como, por exemplo, sequestro; entrega de documentos e outros elementos de prova; apreensão, transferência de bens confiscados e outras medidas de natureza similar; e retenção de bens para efeitos do cumprimento de sentenças judiciais que imponham indenizações ou multas impostas por sentença judicial.

Contudo, é imperioso esclarecer, que, em ambos os casos, o país que realiza o pedido de cooperação é denominado de *país requerente* (cooperação jurídica internacional ativa) enquanto aquele que o recebe é intitulado de *país requerido* (cooperação passiva).

Além disso, em todos os casos, deverá haver uma relação de confiança e reciprocidade entre os países envolvidos nas tratativas de cooperação, assim como a utilização dos princípios da *aplicação da norma mais favorável à cooperação (favor omissionis ou pro solitudine)*, da *paridade, na maior medida possível, da igualdade de tratamento entre demanda nacional e estrangeira e da aplicação das garantias e direitos fundamentais à cooperação internacional* (WEBER, 2015, p. 34-35).

Assim, a impossibilidade de cumprimento do ato solicitado deverá ser devidamente fundamentada, sendo regra, no plano internacional, a aceitação dos pedidos de cooperação, uma vez preenchidos os requisitos legais, razão pela qual deverão ser eliminados os obstáculos ao fiel cumprimento dos pedidos, quando estes não existam, no plano interno dos países, assim como respeitadas as conquistas alcançadas no plano dos direitos fundamentais, como, por exemplo, a ausência de tribunais de exceção e impossibilidade de dupla punição (*bis in idem*).

Destarte, realizadas considerações gerais a respeito dos mecanismos de combate à corrupção e lavagem de dinheiro, tanto no plano internacional como no plano interno, assim como delimitado os principais pontos a respeito da temática da cooperação internacional, se torna possível, assim, a análise do objeto do presente trabalho.

4 O PAPEL DA UNIDADE DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MPF NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO TRANSNACIONAL

Inicialmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal de 1988, ao tratar do Ministério Público, o elevou à condição de instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF/88).

Registre-se que o órgão não compõe nenhum dos três Poderes – Executivo, Legislativo ou Judiciário –, tendo em vista a sua autonomia na estrutura estatal, que lhe permite não ser extinto ou ter suas atribuições constitucionais repassadas a outra instituição (art. 129, CF/88).

Ademais, embora a unidade seja um princípio institucional do órgão (art. 127, §1º, CF/88), deve-se esclarecer que o legisla-

dor constituinte resolveu dividi-lo, em termos de atribuição, em Ministério Público dos Estados e da União, sendo, este último, composto pelo *Ministério Público Federal*, *Ministério Público do Trabalho*, *Ministério Público Militar* e *Ministério Público do Distrito Federal e Territórios* (art. 128, CF/88).

Dessa forma, no que se refere ao Ministério Público Federal, a sua atuação, em primeira instância, ocorre no âmbito das Varas da Justiça Federal (art. 109, CF/88). Na segunda instância, contudo, o órgão atua perante os Tribunais Regionais Federais (art. 108, CF/88), assim como perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), em relação aos Tribunais Superiores.

A atuação da instituição, especificamente no que se refere à prevenção e ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro transnacional, passou a ocorrer de forma mais ativa, a partir da criação da sua unidade de cooperação internacional¹⁰, em 2005.

A Secretaria de Cooperação Internacional (SCI), que se encontra vinculada ao Gabinete do Procurador-Geral da República, é integrada por um Grupo Executivo composto por procuradores regionais da República e procuradores da República, designados pelo Procurador-Geral da República para auxiliar o Secretário de Cooperação Jurídica Internacional e o Secretário-Substituto¹¹.

¹⁰ Inicialmente, a unidade recebeu a denominação de Centro de Cooperação Jurídica Internacional (CCJI), a partir da edição da Portaria PGR nº 31, de 9 de fevereiro de 2005, elaborada pelo Procurador-Geral da República Cláudio Lemos Fonteneles. Em 2010, a unidade passou a ser denominada de Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional (ASCIJI), por decisão do Procurador-Geral da República Roberto Monteiro Gurgel Santos (Portaria PGR nº 627, de 10 de dezembro de 2010). Por fim, em 2013, a assessoria foi elevada à função de Secretaria de Cooperação Internacional (SCI), através da edição da Portaria PGR nº 650, editada pelo Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

¹¹ Atualmente, o Secretário de Cooperação Internacional do MPF é o Procurador da República Vladimir Barros Aras, nomeado para o cargo através da Portaria PGR/MPU nº 700, de 30 de setembro de 2013, sendo o Secretário-Substituto o Procurador Regional da República Carlos Fernando dos Santos Lima.

Além de exercer a função de autoridade central para pedidos de auxílio direto oriundos e destinados a Portugal e ao Canadá, conforme afirmado anteriormente, a Secretaria é responsável por coordenar a representação do Ministério Público Federal em diversas redes de cooperação jurídica internacional, como a Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial (IberRED), a Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa (Rede Judiciária da CPLP) e a Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informações para o Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e de Extradicação, assim como em organismos internacionais como a ONU, a OEA, a OCDE e o GAFI/FATF.

Além disso, a SCI é responsável por representar o Ministério Público Federal na articulação com órgãos nacionais atuantes na área internacional, como o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, a Controladoria Geral da União e o Departamento de Polícia Federal.

Destarte, conforme será demonstrado a seguir, o surgimento da unidade de cooperação internacional foi de fundamental importância para a ampliação da atuação do MPF no que se refere à prevenção e ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro transnacional, na medida em que permitiu uma maior participação do órgão em convenções internacionais relativas às referidas temáticas, assim como proporcionou uma maior repatriação de recursos públicos, enviados de forma ilícita ao exterior.

4.1 A participação da SCI em reuniões de organismos internacionais

De acordo com o Regimento Interno da Procuradoria-Geral da República (Portaria nº 556/2014), compete à Secretaria de Cooperação Internacional planejar a participação do Procurador-Geral da República e membros do Ministério Público em

foros internacionais (art. 33, inciso V¹²), assim como participar, indicar e coordenar a participação de membros do Ministério Público em reuniões internacionais, especialmente nas redes de cooperação internacional (art. 33, inciso XXII¹³).

Entretanto, deve-se esclarecer que, conforme assevera o procurador-regional da República Wellington Saraiva (2015, p. 181-182), embora a criação da unidade de cooperação internacional tenha ocorrido em 2005, a participação do Ministério Público Federal em reuniões de organismos internacionais como a ONU, a OCDE e a OEA, a respeito da temática da corrupção e seus ilícitos correlacionados, como a lavagem de dinheiro, somente passou a ocorrer de forma mais ativa, a partir do final do ano de 2009, durante a gestão do procurador-geral da República Roberto Gurgel. Até então, a participação do órgão nesses encontros era condicionada ao convite, por parte de outros órgãos nacionais, como o Ministério das Relações Exteriores, a Controladoria-Geral da União e o Ministério da Justiça.

Entretanto, ainda segundo o procurador (SARAIVA, 2015, p. 182-184), a participação do órgão nessas reuniões internacionais é de fundamental importância para a instituição, na medida em que lhe compete privativamente a promoção da ação penal pública (art. 129, inciso I, CF/88), assim como o exercício de ações de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), sendo o órgão

¹² Art. 33. À Secretaria de Cooperação Internacional compete:

[...]

V – planejar e coordenar, como unidade executiva de assessoramento, a participação do Procurador-Geral da República e de membros do Ministério Público, em foros internacionais;

¹³ Art. 33. À Secretaria de Cooperação Internacional compete:

[...]

XXII – participar diretamente, indicar e coordenar a participação de membros do Ministério Público em reuniões internacionais, especialmente nas redes de cooperação internacional.

[...] o principal legitimado para ambas, motivo pelo qual precisa acompanhar a evolução do debate internacional sobre o tema, tanto para ter conhecimento de providências a seu cargo quanto para conhecer novos enfoques e informações sobre o assunto que sejam relevantes para sua atuação no plano interno. Em se tratando de crimes de competência federal, aí incluída a maior parte dos crimes transnacionais, a competência para a persecução criminal é do Ministério Público Federal, nos termos do art. 109, IV e V, da Constituição da República. Também compete ao MPF, em princípio, acompanhar a execução de pedidos de cooperação jurídica internacional, por decorrência do art. 109, X, da Constituição. [...]

Em face da importância dos tratados anticorrupção, da amplitude das competências do Ministério Público Federal acerca do tema, tanto na esfera cível quanto na criminal, e da gravidade do problema da corrupção no país, é muito relevante para o interesse público que a representação brasileira neles esteja presente de forma sistemática e qualificada, de maneira a contribuir para que as normas convencionais sejam aplicadas internamente com a eficácia a que o Brasil se obrigou.

Dessa forma, percebe-se a importância de participação dos membros do MPF nessas reuniões de organismos internacionais relativas ao combate da corrupção e à lavagem de dinheiro, diante da troca de informações existente entre estes e seus pares de órgãos com atribuições correlatas em outros países, exercendo a Secretaria de Cooperação Internacional do MPF um papel primordial na coordenação e preparação dos membros do *Parquet* federal na participação desses encontros.

Como exemplo prático, pode-se citar a recente participação dos membros do MPF, Paulo Roberto Galvão e Denise Neves Abade, ambos pertencentes ao Grupo Executivo da SCI, na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, ocorrida em 4 de setembro de 2015, na sede do Escritório das Nações

Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), localizado em Viena, Áustria.

O procurador da República Roberto Galvão, que também é membro da Força-Tarefa da “Operação Lava-Jato” - responsável por investigar esquemas de corrupção na Petrobras - apresentou os resultados obtidos pelo Ministério Público Federal na referida Força-Tarefa, durante o evento, especialmente no que se refere à recuperação de valores desviados dos cofres públicos e enviados para o exterior, por intermédio de procedimentos de lavagem de dinheiro, expondo “[...] em painel as estratégias utilizadas na investigação, os métodos para superar entraves à repatriação de ativos e a importância da cooperação internacional para a evolução do caso” (PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2015b).

Por essa razão, segundo a procuradora regional Denise Abade, a criação da SCI permitiu “[...] que os casos de cooperação jurídica internacional fossem tratados de forma mais rápida e eficiente, permitindo negociações diretas com autoridades estrangeiras para agilização dos pedidos de rastreamento e bloqueio de contas e repatriação de ativos” (PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2015b).

Dessa forma, constata-se que, além de coordenar a participação dos membros do *Parquet* federal em reuniões de organismos internacionais, a Secretaria de Cooperação Internacional também atua de forma bastante ativa na busca pela repatriação de ativos, oriundos de esquemas de corrupção e enviados ao exterior, através de procedimentos de lavagem de dinheiro, conforme será demonstrado a seguir.

4.2 A repatriação de recursos públicos desviados em casos de corrupção e lavagem de dinheiro

Conforme afirmado no início do presente trabalho, a corrupção e a lavagem de dinheiro são crimes intrinsecamente associados, na medida em que a lavagem visa dar aparência legal

aos recursos anteriormente desviados, de forma ilícita, dos cofres públicos, resultando, inclusive, na formação de um terceiro ilícito penal, qual seja o crime de evasão de divisas.

Por essa razão, conforme esclarece o Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Rômulo Palitot Braga (2005, p.104), “[...] é inquestionável que um dos objetivos principais da cooperação internacional no combate ao branqueio de capitais é a recuperação dos ativos de origem ilícita, com atenção especial aos chamados ‘paraísos fiscais’”.

Nesse sentido, deve-se asseverar que o procedimento de recuperação de ativos inicia-se com um pedido de bloqueio de contas bancárias dos réus no exterior, realizado com base em pedidos de auxílio direto direcionados a órgãos correlatos aos existentes no Brasil, o qual poderá ser acatado administrativa ou judicialmente, a depender da legislação do país requerido.

Registre-se, entretanto, que o combate à lavagem de dinheiro transnacional esbarra “[...] em diversos entraves em efetivar o processo de recuperação de recursos desviados, em casos de corrupção. Esses entraves são das mais diversas ordens, sejam elas normativas, burocráticas, culturais, dentre outras” (MIRANDA, 2015).

Na maioria dos casos, uma vez bloqueados os valores no exterior, os países requeridos exigem dos países requerentes o trânsito em julgado das sentenças condenatórias, enquanto requisito para a devolução dos recursos, razão pela qual a demora na tramitação dos processos criminais, no âmbito nacional, pode ser considerada como o principal obstáculo na liberação dos montantes bloqueados.

No Brasil, por exemplo, o primeiro caso em que a repatriação de ativos foi viabilizada pelo trânsito em julgado da decisão condenatória do processo penal brasileiro somente ocorreu no ano de 2015, com a devolução de US\$ 19,4 milhões (cerca de R\$ 60 milhões), decorrentes da deflagração da Operação Anaconda, responsável por desmantelar, em 2003, uma organização crimi-

nosa especializada em vendas de sentenças judiciais (PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2015d).

Além disso, a situação agravava-se ainda mais no país, na medida em que, até pouco tempo (cf. Habeas Corpus 126.292), o Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestava no sentido de não ser possível a execução provisória das sentenças condenatórias, em segundo grau de jurisdição (cf. Habeas Corpus 84.078-7/MG¹⁴).

Contudo, deve-se esclarecer que o país possui um importante instrumento a ser utilizado na recuperação de recursos públicos desviados para o exterior, o qual é responsável pela integração de vários órgãos nacionais e internacionais no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro transnacional, qual seja, a denominada “força-tarefa”.

No âmbito do MPF, conforme previsto na Portaria n° 556/2014/PGR (Regimento Interno da PGR), compete à Secretaria de Cooperação Internacional do MPF incentivar a formação de forças-tarefas, compostas por membros do Ministério Público e representantes de órgãos nacionais e internacionais, com o objetivo precípua de permitir uma atuação conjunta na investigação

¹⁴ EMENTA: HABEAS CORPUS. INCONSTITUCIONALIDADE DA CHAMADA “EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA”. ART. 5º, LVII, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ART. 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. O art. 637 do CPP estabelece que “[o] recurso extraordinário não tem efeito suspensivo, e uma vez arrazados pelo recorrido os autos do traslado, os originais baixarão à primeira instância para a execução da sentença”. A Lei de Execução Penal condicionou a execução da pena privativa de liberdade ao trânsito em julgado da sentença condenatória. A Constituição do Brasil de 1988 definiu, em seu art. 5º, inciso LVII, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. [...] 3. A prisão antes do trânsito em julgado da condenação somente pode ser decretada a título cautelar. 4. A ampla defesa, não se a pode visualizar de modo restrito. Engloba todas as fases processuais, inclusive as recursais de natureza extraordinária. Por isso a execução da sentença após o julgamento do recurso de apelação significa, também, restrição do direito de defesa, caracterizando desequilíbrio entre a pretensão estatal de aplicar a pena e o direito, do acusado, de elidir essa pretensão. [...] Ordem concedida. (STF, HC 84.078-7/MG, Relator: Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, Julgamento: 05/02/2009).

de fatos criminosos e organizações criminosas transnacionais (art. 33, inciso XXIV¹⁵).

Dentre as forças-tarefa de maior repercussão no Brasil, merece destaque àquela criada no âmbito da denominada “Operação Lava-Jato”, considerada como a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro realizada no país, que tem resultado na recuperação de um significativo montante de recursos públicos enviados ao exterior, através do esquema de corrupção criado no âmbito da Petrobras¹⁶.

Somente com base no acordo de colaboração premiada¹⁷ realizado com apenas um dos gerentes da Petrobras, o MPF

¹⁵ Art. 33. À Secretaria de Cooperação Internacional compete:

[...]

XXIV – incentivar a formação de forças-tarefas e equipes conjuntas de investigação, compostas por membros do Ministério Público e representantes de organismos nacionais ou internacionais, com funções equivalentes ou complementares, com o objetivo de possibilitar e otimizar a investigação e persecução criminal conjunta de fatos criminosos e de organizações criminosas transnacionais;

¹⁶ A Força-Tarefa da Operação Lava-Jato é formada por 380 pessoas, das quais “[...] 324 são servidores públicos e 56, investigadores externos contratados pela Petrobras. São 78 membros, servidores e estagiários do MPF? 39 delegados, agentes, escrivães e peritos da Polícia Federal? 55 auditores e técnicos da Receita Federal? 31 servidores do Tribunal de Contas da União (TCU)? dez servidores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)? 60 servidores da Controladoria-Geral da União? sete servidores do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça? seis servidores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e quatro servidores do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Também atuam no caso 24 funcionários da Petrobras e juízes e servidores da 13ª Vara Federal de Curitiba”. (PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2015a).

¹⁷ Conforme esclarece o Secretário de Cooperação Internacional do MPF, Vladimir Aras, o instituto da delação premiada é aplicado a “[...] réus colaboradores que são corruptos ou que obtiveram ilícitos de outra forma. Esses indivíduos têm controle das suas finanças e contas no exterior. No acordo realizado no Ministério Público e homologado pelo STF ou pela Justiça Federal em Curitiba, os réus colaboradores trazem voluntariamente os valores, ou melhor, autorizam os bancos no exterior a trazerem. Os valores são transferidos para conta designada pela Justiça brasileira, de forma muito mais rápida e independente do trânsito em julgado. Como se trata de um acordo, não é necessário o trânsito julgado e apenas que o Ministério Público local concorde com o desbloqueio dos

obteve a devolução de R\$ 157 milhões (cento e cinquenta e sete milhões de reais) desviados dos cofres da estatal, os quais se encontravam mantidos em contas secretas na Suíça, representando, assim, um verdadeiro marco histórico para o país, na medida em que, conforme esclarece o procurador da República Paulo Roberto Galvão, até antes da operação, “[...] apenas R\$ 45 milhões de recursos desviados do Brasil por agentes públicos corruptos haviam sido devolvidos ao Estado brasileiro” (PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2015a).

Contudo, se faz necessário frisar que, decorridos dois anos da força-tarefa na Lava Jato, registra-se a recuperação de “[...] R\$ 2,9 bilhões para os cofres públicos – havendo mais R\$ 2,4 bilhões em bens bloqueados dos réus” (PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2016a).

Nesse sentido, observa-se que, além de atuar de forma ativa na “[...] intermediação entre as autoridades e organizações estrangeiras e a força-tarefa no Brasil” (PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2016a), a Secretaria de Cooperação Internacional do MPF também atua na tradução de documentos oriundos de órgãos ministeriais de outros países, onde também estejam em curso investigações relativas aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Como exemplo prático, pode-se citar o caso de um ex-diretor da estatal brasileira, acusado de receber em contas suíças cerca de U\$ 30 milhões (trinta milhões de dólares) para a conclusão da compra de duas sondas de perfuração Samsung pela estatal brasileira, o qual teve o seu procedimento criminal, naquele país, transferido para o Brasil, em consonância com o previsto no art. 47 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção

valores e o titular da conta faça a transferência internacional. A conta no Brasil vai ser gerida e os valores serão disponibilizados para o Tesouro Nacional imediatamente. Diante da morosidade da repatriação em geral, fica clara a importância de iniciativas como a operação Lava Jato.” (MENEZES, 2014).

(Convenção de Mérida) e no artigo 4º da Convenção da OCDE, assinada em Paris em 1997.

Nesse caso específico, a SCI atuou na tradução de toda documentação enviada pelo Ministério Público da Confederação Helvética (Suíça), a qual serviu para instruir a ação penal proposta pelo MPF contra o diretor da estatal, perante a 13ª Vara Federal de Curitiba, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro (PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2015c)

Por fim, deve-se esclarecer que o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot de Barros, autorizou, no corrente ano, a criação de uma área de recuperação de ativos no âmbito interno da SCI, a fim de possibilitar ao órgão “[...] rastrear ativos com mais eficiência e formalizar mais pedidos de bloqueio de valores no exterior para trazê-los de volta ao Brasil” (PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2016b)

CONCLUSÃO

Conforme afirmado no início do presente trabalho, a corrupção e a lavagem de dinheiro apresentam, atualmente, um caráter transnacional, ou seja, não mais se restringem às fronteiras dos territórios nacionais.

Por essa razão, a partir da década de 90 do século passado, surgiram os primeiros instrumentos internacionais de combate às referidas práticas, os quais exerceram forte influência na formação da legislação pátria e na criação de uma série de instituições, dentre elas, a unidade de cooperação internacional do Ministério Público Federal.

Nesse sentido, observa-se que a principal atribuição da referida unidade do *Parquet* Federal está relacionada à intermediação das relações do órgão com o Poder Judiciário e o Ministério Público de outros países, especialmente, no que se refere à tradução de

documentos, oriundos dessas instâncias, contendo indícios do cometimento dos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, devendo-se destacar também a atividade de coordenação da participação dos seus membros em reuniões de órgãos internacionais e de incentivo à criação de forças-tarefa para investigação de crimes transnacionais.

Destarte, constata-se que, os exitosos resultados obtidos pela justiça brasileira, nos casos enunciados no presente trabalho, com destaque especial para a força-tarefa denominada “Operação Lava-Jato”, principalmente no que se refere à recuperação de recursos públicos desviados para o exterior, com a conseqüente condenação criminal dos responsáveis, somente foram possíveis de serem alcançados, a partir da atuação coordenada entre o Brasil e os países destinatários dos recursos públicos desviados, exercendo a Secretaria de Cooperação Internacional do MPF um papel fundamental na intermediação das investigações criminais.

Por essa razão, à guisa da conclusão, pode-se afirmar que a cooperação internacional se desdobra em um real instrumento de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro transnacional, na medida em que permite uma atuação coordenada e organizada entre os países, no âmbito internacional.

REFERÊNCIAS

ANDREATO, Danilo. Criminalidade transnacional, persecução penal global. In: ARAS, Vladimir; SARAIVA, Wellington Cabral; SILVA, Carlos Bruno Ferreira da. (Coord.). *Temas de cooperação internacional (Coleção MPF Internacional)*. Brasília: MPF, 2015, p. 145-152.

ANSELMO, Márcio Adriano. *Lavagem de dinheiro e cooperação jurídica internacional*. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRAGA, Rômulo Rhemo Palitot. Aspectos político-criminais sobre branqueio de capitais. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, DF: v. 42, n.165, p. 99-106, jan./mar. 2005.

BRASIL. Procuradoria-Geral da República. **Portaria PGR/MPF nº 556, de 13 de agosto de 2014**. Regimento Interno do Gabinete do Procurador-Geral da República. Brasília, DF, 13 dez. 2014 Disponível em: <<http://www.internacional.mpf.mp.br/normas-e-legislacao/portarias-pgr/portaria-pgr-no-556-2014>>. Acesso em: 24 de setembro de 2015.

CRUZ, Hamilton Cota; BEZERRA, Camila Colares. Combate à corrupção: convenções e mecanismos internacionais. In: ARAS, Vladimir; SARAIVA, Wellington Cabral; SILVA, Carlos Bruno Ferreira da. (Coord). *Temas de Cooperação Internacional (Coleção MPF Internacional)*. Brasília: MPF, 2015, p. 185-190.

MAGALHÃES, João Marcelo Rego. Sobre o papel do Brasil na cooperação internacional contra a corrupção e a lavagem de dinheiro: a atuação da ENCCLA, do COAF e do Banco Central. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL, 13, 2015, Fortaleza. *Anais eletrônicos do 13º Congresso Brasileiro de Direito Internacional*. Fortaleza: UNIFOR, 2015. Disponível em: <http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6875&Itemid=1847&limitstart=5>. Acesso em: 23 de agosto de 2015.

MARTINS, Fabiano Emídio de Lucena; BRAGA, Rômulo Rhemo Palitot. Crescente adoção de instrumentos de *soft law* na cooperação penal internacional. *Revista Direito e Desenvolvimento*. João Pessoa: v. 4, n. 8, p.95-113, jul./dez. 2013.

MENEZES, Dyelle. Justiça lenta dificulta repatriação de 400 milhões de dólares. *Contas abertas*. Brasília, 11 dez. 2014.

Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/10192>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

MIRANDA, Sérgio Eduardo Freire. O processo de recuperação de recursos públicos em casos de corrupção no Brasil: análise crítica do sistema, com ênfase na atuação da Advocacia Geral da União. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL, 13, 2015, Fortaleza. *Anais eletrônicos do 13º Congresso Brasileiro de Direito Internacional*. Fortaleza: UNIFOR, 2015. Disponível em: <<https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/F88038020150720201920499926/O%20PROCESSO%20DE%20RECUPERACAO%20DE%20RECURSOS%20PUBLICOS%20EM%20CASOS%20DE%20C.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2015.

MORO, Sergio Fernando. *Crime de lavagem de dinheiro*. São Paulo: Saraiva, 2010.

PETRELLUZZI, Marco Vinicio, RIZEK JÚNIOR, Rubens Naman. *Lei Anticorrupção: origens, comentários e análise da legislação correlata*. São Paulo: Saraiva, 2014.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA. *Dois anos da Lava Jato: R\$ 2,9 bi já foram recuperados*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/noticias/noticias-1-1/dois-anos-da-lava-jato-r-2-9-bi-ja-foram-recuperados>>. Acesso em: 25 Mar. 2016.

_____. *Janot destaca impessoalidade e trabalho coordenado na condução da Lava Jato*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/janot-destaca-impessoalidade-e-trabalho-coordenado-na-conducao-da-lava-jato>. Acesso em: 12 mai. 2015.

_____. *MPF apresenta resultados da Operação Lava Jato à ONU*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://noticias.pgr>>.

mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/combate-a-corrupcao/mpf-apresenta-resultados-da-operacao-lava-jato-a-onu>. Acesso em: 23 Set. 2015.

_____. MP suíço transfere para o Brasil procedimento criminal relativo a Nestor Cerveró. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.internacional.mpf.mp.br/noticias1/mpsuicotransfereparaobrasilprocedimentocriminalrelativoanestorcervero/>>. Acesso em: 30 set. 2015.

_____. MPF terá área de recuperação de ativos. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-tera-area-de-recuperacao-de-ativos>>. Acesso em: 25 Mar. 2016.

_____. Repatriação de R\$ 60 milhões é marco do combate à corrupção. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/noticias/noticias-1-1/repatriacao-de-r-60-milhoes-e-marco-do-combate-a-corrupcao>>. Acesso em: 23 Set. 2015.

RAMOS, Samuel Ebel Braga. A cooperação jurídica internacional para repatriação de ativos. Jusbrasil. Disponível em: <<http://samuelebel.jusbrasil.com.br/artigos/129905514/a-cooperacao-juridica-internacional-para-a-repatriacao-de-ativos>>. Acesso em: 05 de setembro de 2015.

SAADI, Ricardo Andrade. O crime organizado e a cooperação internacional. In: ARAS, Vladimir; SARAIVA, Wellington Cabral; SILVA, Carlos Bruno Ferreira da (Coord.). *Temas de Cooperação Internacional (Coleção MPF Internacional)*. Brasília: MPF, 2015, p. 139-144.

SARAIVA, Wellington Cabral. Atuação do Ministério Público Federal nas convenções internacionais contra corrupção. In: ARAS,

Vladimir; SARAIVA, Wellington Cabral; SILVA, Carlos Bruno Ferreira da. (Coord.). *Temas de Cooperação Internacional (Coleção MPF Internacional)*. Brasília: MPF, 2015, p. 175-184.

SILVA, Daniel Cavalcante. Lavagem de Dinheiro: A Moderna Maquiavelística. *Revista Jurídica*. Brasília, v. 8, n. 80, p. 1-55, ago./set. 2006.

TEÓFILO, Anna Mayara Araújo; BRAGA, Rômulo Rhemo Palitot. Cooperação Penal Internacional nos crimes de lavagem de dinheiro. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 23, 2014, João Pessoa. *Anais eletrônicos do XXIII Encontro Nacional do Conpedi*. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=571e646d4ea4d46a>>. Acesso em: 16 set. 2015.

WEBER, Patrícia Maria Núñez. Cooperação internacional penal: conceitos básicos. In: ARAS, Vladimir; SARAIVA, Wellington Cabral; SILVA, Carlos Bruno Ferreira da. (Coord.). *Temas de Cooperação Internacional (Coleção MPF Internacional)*. Brasília: MPF, 2015, p. 25-38.